TL 6750
CDI DOCUMENTAÇÃO
361

= TIMOR-LESTE - Algema de lágrimas =

1. Dominação colonial portuguesa e identidade do Povo de Timor-Leste

Não nos cabe a nós, por motivos óbvios e não será este o momento exacto, historiar toda uma situação de secular colonização portuguesa no território de Timor Leste; todavia, torna-se para nós uma obrigação política abordar aqui, em síntese, os efeitos paradoxal e marcadamente positivos que necessariamente se produziram para o Povo Maubere de uma tão prolongada presença portuguesa.

Muito embora as tradições orais — sempre permanentes — (que constituem o único — e, por isso mesmo, sagrado — veículo de transmissão histórica) salientem como uma fatalidade histórica, e ponto fundamental de vergonha, o facto de alguns reinos terem acolhido as primeiras presenças dos portugueses (os quais, posteriormente e ao longo dos tempos se traduziram pelo domínio do chicote e da palmatória, dos reis e do «bando») existe entre o Povo de Timor-Leste um guardado sentimento de carinho e de respeito pelo «branco colonialista que tanto mal nos fez» ... e velhas bandeiras da Monarquia foram e ainda são relíquias de um marco distante de laços históricos e que apenas a intolerância de jovens extremistas pretendia amesquinhar assim como a brutal ocupação militar indonésia tinta a todo o custo destruir.

Porém, isto não é tudo, já que, para além destas componentes que se situam no campo das reminiscências emocionais, que quase invariavelmente desfiguram a verdade dos factos, existem aspectos indeléveis que importa salientar:

a - a cristianização que, se não alterou radicalmente os fundamentos morais da sociedade indígena, conseguiu no entanto impregnar-se na espiritualidade do pensamento timorense;

b - uma profunda miscigenação cultural, produto da inter-acção de complexas relações (desde a violência das administrativas à imposição das emocionais e desde o equilíbrio das comerciais ao paternalismo das religiosas) que se estabeleceram entre o dominador e o dominado;

c - a aquisição de uma língua estrangeira - o português -, como factor para uma interpretação mais polivalente das realidades.

São, essencialmente, aspectos haveridos de uma situação histórica secular que como outros, transparecem como elementos singulares que fazem do Povo Maubere um Povo que não possui nada de comum com a dita, conhecida e repetida «grande república indonésia» (e se na verdade tinha havido, isso devia remontar-se à inconstância de um passado tão remoto e, sobretudo, demasiado frágil - como sempre foram os primórdios universais do tribalismo - que, neste caso, além de se ter como que diluído em diferentes dimensões e em continentes culturais e religiosos compartimentados, só atingia ou só se relacionava aos pontos mais adjacentes à ilha, enquanto Malaca era o epicentro das relações comerciais de então, ao tempo em que os portugueses apenas se remetiam a contactos mercantis com todos).

São, deste forma, distantes e nada comuns com a «diversidade unitária da grande indonésia» fundada em bases de relações meramente históricas de carácter colonial, os elementos que identificam o Povo Maubere:

1 - a sua etnia - identidade étnica
2 - a sua história - identidade histórica

3— a sua cultura — identidade cultural

4— a sua religião — identidade religiosa

Os seus legítimos anseios, reflectidos nas suas ancestrais lutas independentistas e, não só, como expresso ainda no próprio facto da sua inclusão na lista dos territórios não-autónomos, figuram efectivamente como a sua própria identidade política.

É, nesta dimensão que, segundo cremos, deve ser considerado o problema de Timor-Leste — é apenas nesta dimensão e alcance que devem ser pesadas e medidas tanto as suas históricas lutas como os seus legítimos anseios de emancipação.

Conformemente com as diversas normas e com o direito internacional, a secular dominação portuguesa contribuiu assim para definir um espaço territorial, identificado como Timor-Leste, habitado por um Povo que adquiriu uma personalidade própria e se chama Maubere.

2. 25 de Abril — Movimentos de Libertação — ideologia marxista

O regime colonial português teve o seu suporte no facismo e, para os timorenses, o sistema de sociedade fechada vigente em Portugal está na causa dos devastadores efeitos que se sucederam ao 25 de Abril, na hora em que cabia aos timorenses fazer a verdadeira destrinça das opções a tomar.

De uma conjuntura terceiro-mundista, preenchida do entusiasmo de Libertação Nacional, promovida por Movimentos independentistas que buscavam no marxismo a via violenta para a solução que as potências coloniais teimosamente negavam, tornava-se evidente que a teoria marxista poderia alucinar uns tantos jovens estudantes, os quais, recorrendo à situação particular das massas colonizadas de Timor-Leste, poderam empolgar as mentes, acordadas em sobressalto da longa noite colonial-fascista.

Os partidos que surgiram, imberbes e hesitantes, eram somente a expressão do despertar tumultuoso da liberdade de que infalivelmente caracterizaria o grau incipiente de preparação política dos dirigentes do Povo Maubere.

Não podem ser entregues às «tácticas e ao ardor comunistas» o facto de grande adesão popular na FRETILIN, mas, segundo nós, a 3 factores:

a — a questão da UDT ter surgido com ideias federalistas com Portugal — o que só comovia algumas autoridades tradicionais de «prestígio» e algumas outras que, segundo as tradições não eram legítimas» — o governo colonial demitia os «liurais» que tradicionalmente eram as autoridades legítimas mais por questões de desobediência às leis e do não cumprimento das ordens;

b — a consciência patriótica do Povo Maubere correspondida pelo aparecimento da ASDT;

c — O pensamento e a sensação de que era chegada a hora para o Povo Maubere se envolver politicamente, sob os contornos da liberdade que surgira tão inesperadamente, ao contrário das tremendas lutas dos antepassados.

Pode-se, no entanto, perguntar, como foi possível a uns jovens extremistas, alterar tão radicalmente o cenário político em Timor-Leste — a explicação deve ser encontrada somente na impreparação política de todos os timorenses... e a verdadeira culpa não nos pertencia.

A incapacidade do governo colonial que se debatia ele mesmo nas convulsões da democracia (que pisava, em Portugal, o terreno movediço do esquerdismo acentuadamente anti-fascista), favoreceu como seria de esperar, o extremismo de uns tantos aventureiros que pre-

tenham decalcar para Timor-Leste os chavões do dogmatismo maoista. A facção dos revolucionários da violência que, após se terem introduzido na ASDT, rapidamente tomou as rédeas do Movimento perante a total inoperância de muitos membros fundadores, cedo se impôs e com acentuada facilidade, desmentindo algumas fracas tentativas de oposição à ideologia comunista, tendo actuado como um tornado que avassalava a juventude e preenchia o vácuo político do próprio Movimento.

Perante também uma debilidade política do outro partido, a UDT, a crise, que aos poucos começava a desenhar-se, entrou no ponto culminante de uma total ruptura entre os partidos nacionalistas. O controle populacional tornava-se a divisa partidária e, para a consecução desses objectivos, muitos meios significavam a «utilização plena da democracia». A situação desembocou em violência, impulsionada por excessos dos próprios partidos, cujos dirigentes não se contiveram, reavivando inclusive ódios e recalcitrando vinganças.

Eram os primeiros passos de uma infância política que as responsabilidades portuguesas não foram capazes de abrandar, já que a base situava-se no plano superior de uma anterior política de adormecimento dos «animi lasos».

3. Invasão — estabilidade da área

A guerra civil explodiu como porta de saída para a incapacidade de Lisboa e como portão de entrada das ambições territoriais de Jakarta. A estabilidade da área era a lógica brutal que pretendia esmagar assim o direito de um Povo pequeno e indefeso... que desafiou a morte para defender a sua liberdade.

Se o devaneio revolucionário de ardorosos seguidores do marxismo remeteu o Povo Maubere a sofrimentos sem conta, pela ameaça que um regime de esquerda representaria ou representava à estabilidade geo-política, com reflexos extra-regionais, nem por isso será justificável ou desculpável a matança que a invasão e ocupação militar indonésias provocaram em Timor-Leste ao Povo Maubere!

A política de genocídio levada a cabo pelas assassinas tropas de ocupação indonésias, se serviu apenas para sensibilizar organizações humanitárias quanto ao verdadeiro sofrimento do Povo de Timor-Leste, ainda não serviu até agora para consumar um acto que interesses económicos e de diversa ordem deram o seu plino beneplácito.

Os recentes acontecimentos de «Tiien Nan Men» (que, se mereceram ardorosos pronunciamentos, nos EUA e no Japão, por exemplo, mereceram até comentários benévolos, tolerantes e complacentes), só revelam os efeitos contraditórios que a política e os sobres começam por dizer. Já não se consegue acreditar em ninguém, porque todos têm apenas demonstrado que falam sob a pressão dos interesses e nunca na defesa da verdade! A verdade ficou sempre subordinada a milhões, o direito ficou à deriva dos condicionalismos políticos e só merece a atenção dos oradores e conferencistas... quando nenhum interesse é afectado pelas simples retóricas.

A noção da liberdade ficou sempre sob os cálculos de perspectivas de investimentos de terceiros, normalmente quando se presumem de potenciais regionais ou mundiais.

Timor-Leste, uma gota no oceano dos grandes interesses que até já afogaram as suas unhas no seu petróleo, na verdade só lhe restava ficar afundado na denúncia da violação de Direitos Humanos que, mesmo assim, é desmentida de uma ou de outra forma, que do toca a não molestar as relações com Jakarta. E o resultado torna-se evidente — dão as mãos e perdoam os assassinos de Jakarta, quando sabem que o Povo Maubere continua em alvo de perseguição, torturas, prisões e massacres e, enquanto afirmam que estão para cima da política, não se intrometendo portanto nos assuntos internos da Indonésia, tecem considerações inaceitáveis, absurdas e humilhantes

tica de anti-fé, uma política de dogmatismo cinismo.

4. As grandes vitórias de 1978 – O Controle da população – – A Reorganização da Luta

Existem factos que muita boa gente não acredita ou não quer acreditar, porque já tem, como ponto de partida para as suas conclusões, as mentirosas afirmações de Jakarta que tem vindo a recusar obsessivamente a entrada em Timor-Leste de missões independentes de investigação dos acontecimentos e da verdadeira situação.

Desejamos essencialmente referir à genuína reacção do Povo Maubere ao brutal e vergonhoso acto de invasão. As populações não foram por ninguém obrigadas a recuar para as montanhas; foi, sim, uma obrigação ditada pela consciência patriótica de todo um Povo! Após 2 anos de recusa, demonstrada pela resistência popular generalizada, o território foi literalmente fustigado com massivos bombardeamentos diários, em apoio às assassinas campanhas de destruição que permitiram aos 40 batalhões indonésios obter as conhecidas grandes vitórias estratégicas de 1978, com o total controle da população. O Povo Maubere, subjugado na sua fraqueza, aceitou a rendição ao invasor que o matava com armas, com a fome e com a doença.

O Povo Maubere entregava-se ao inimigo porém nunca aceitou esta situação que lhe foi imposta pela força e contra a sua vontade.

Por desígnios de Deus, os extremistas aventureiros, que nos ensinaram o marxismo como a filosofia da verdadeira libertade desapareceram — o que guardamos deles é a denominador comum que nos une na recordação daqueles trágicos anos da invasão: a defesa da Pátria Maubere, a sua lealdade para com o nosso Povo, a sua firmeza de combate!

Após 2 longos anos, praticamente sem contactos e reorganização da população sob o controle do inimigo, e com o restabelecimento de contactos com outros grupos guerrilheiros dispersos pelo território, a Luta Armada conheceu uma nova fase de resistência.

A nova Direcção da Luta, com grandes deficiências em todos os planos, só estava capaz de seguir as pisadas dos antecessores — (que nos ensinaram a «fazer política» e que nos proporcionaram, apesar de tudo, determinadas condições objectivas para, com todas as nossas insuficiências, abarcarmos a realidade com maior lucidez). Foi assim que não pudemos afastar-nos como seria de desejar, da ideologia de que estava impregnado o Movimento de Libertação e, ao crer que estávamos cumprindo com os nossos deveres para com o Povo e para com a Pátria, cuidamos, sem medir as consequências de tal acto, o Partido Marxista-Leninista "FRETILIN".

É verdade que a experiência prática ensina melhor que os livros pois, é nela, que se adquire melhor contacto com a realidade, e é nela, que se depara a confusão que existe entre a verdade e o erro.

Pudemos, afortunadamente, fazer a verdadeira distinção do que servia e não servia os superiores interesses do nosso Povo, do que efectivamente o nosso Povo queria e o que ele não buscava e conhecer, enfim, os verdadeiros fundamentos da inquebrantável resistência popular para desfazer a idéia, amiudadas vezes referida, de uma existência temerosa comunista.

Não foi um recuo estratégico, é antes uma tomada de consciência da complexa realidade que envolve a Luta do Povo Maubere! O que podemos afirmar, incontestavelmente, é que não foi nem produto de pressões, porque felizmente não existem, nem consequência da actual conjuntura mundial, porque a antecedeu em tempo e em convicções; a actual postura política, foi apenas o desenlace natural dos esforços que a nova Direcção vinha empreendendo no sentido de contribuir para que seja encontrada a verdadeira e, consequentemente, duradoura Paz para Timor-Leste!

5. Timor-Leste, no contexto internacional

Não somos nós, os timorenses, que ditamos ao mundo alguma fantasia como a ideia de gerir o próprio destino. O Povo de Timor-Leste não invoca leis que hoje constituem para o mundo moderno as normas de relacionamento entre povos e nações. A história sempre se referiu ao nacionalismo dos povos com um elemento fundamental que os sustenta como tais, nacionalismo que foi origem de tantas guerras com a consequente formação de tantas nações no mundo de ontem e de hoje, e a história do Povo Maubere insere-se também, desde os tempos imemoriais, páginas sangrentas como o atestado do seu nacionalismo.

É situado no contexto singular da consciência patriótica dos povos, que se compreende que, hoje, após 6 décadas, se procedam a manifestações de repúdio ao tratado secreto entre Hitler e Staline sobre a divisão da Polónia e a anexação dos países bálticos. É também integrado neste aspecto emocional e político que as várias repúblicas da União Soviética reclamam a sua independência. Na verdade, aos olhos de muitos bem-intencionados, pode parecer que o mundo tende a uma integração comunitária pelo que pode aparecer como acessório e irrelevante o nacionalismo dos povos; porém, segundo pensamos, qualquer perspectiva comunitária nunca ultrapassará tanto os barreiros regionais como as grandes muralhas em que se circunscrevem os património da identidade dos povos (o Presidente Francês Mitterrand, ainda há dias, ao dirigir-se a proprietários da sucção visual de mais de uma vintena de países europeus, alertou para o perigo em que se encontra a identidade cultural do velho continente — são preocupações que subsistem em países que detêm todos os meios da tecnologia para preservar a sua identidade cultural e, em Timor-Leste, a cultura maubere está praticamente ameaçada pela ocupação militar indonésia) — esse factor emocional dos Povos e espiritual negação nunca integração total, de âmbitos restritos e necessariamente regionais, até porque estes processos só se destinam a demarcar blocos nada mais que económicos.

Seja em Tibet seja na Bósnia, seja nos países bálticos seja no Curdistão seja na África seja nas Caraíbas, está demonstrado que a força e a repressão nunca puderam suprimir por completo o que constitui a própria razão de ser de cada povo: o orgulho de ser ele mesmo, a capacidade de poder preservar, sem restrições, tudo quanto o identifique como tal, a liberdade de transmitir esse tudo às gerações vindouras, em suma, o direito de gerir o seu próprio destino.

Desde a chegada dos portugueses a Timor, o Povo Maubere nunca deixou de rebelar contra a presença estrangeira e, aquando da ocupação nipónica, a maior tantas foi apenas o preço da defesa da sua terra. A falta de uma Direcção, enfraquecidos que estavam os diversos reinos em guerras tribais, estava na base do gradual domínio português; o mesmo aconteceria após a retirada dos invasores nipónicos, factor que não permitiu uma emancipação, já na altura, da então também abandonada colónia portuguesa.

O Povo Maubere, porque os desconhece, não invoca nem os princípios universais nem o direito internacional; todavia invoca a sua própria consciência patriótica que não admite a usurpação do que ele sabe ser seu direito de viver em sua própria terra. O Povo Maubere, nestes duros anos de guerra, invoca sem cessar as mal sucedidas mas gloriosas façanhas dos seus antepassados, porque acredita na sua alma timora que não é legítimo invadirem e ocuparem a sua Pátria, reprimirem-no e massacrarem-no em sua própria casa.

Este é o fundo do problema de Timor-Leste e, enquanto a sua voz não for ouvida e os seus legítimos anseios não respeitados, o Povo Maubere continuará a

a resistir e acentará a sua extermenação, mesmo que para isso contribua o próprio Vaticano

6. Timor-Leste e Portugal

A relação Portugal—Timor-Leste não se refugia no domínio meramente moral e humanitário nem se enxerta, por afinidades históricas, no campo exclusivamente diferencial de identidades culturais e religiosas do Povo Maubere e do Povo indonésio!

A relação verdadeira está assente em bases jurídicas e políticas que o direito internacional sustenta e os laços históricos entre Timor-Leste e Portugal alimentam como o húmus da personalidade maubere, própria, distinta, incontestável e inalienável.

É verdade que Portugal foi inconsequente, mas não deixa de ser também uma verdade inexpugnável que a Constituição Portuguesa mandatou os orgãos de soberania para «praticar todos os actos necessários à auto-determinação e independência de Timor-Leste».

A passividade e mesmo a indiferença que foram a tónica da actuação portuguesa até 1985, devem ser explicadas (também) na falta de clareza da FRETILIN que, entretanto, acertava já pela via da reconciliação nacional e pela mudança dos seus objectivos políticos, apresentando à resistência do Povo-Maubere um carácter nacional e, essencialmente, nacionalista.

A partir de 1986, surgidas que foram as poucas as condições políticas favoráveis para Portugal relançar-se, no quadro das suas responsabilidades para com Timor-Leste e inscritas nas suas obrigações com o Ocidente, verificaram-se acções mais coerentes com as exigências que lhe impendem da sua própria Constituição e de acordo com a resolução 37/30 da Assembleia-Geral da ONU de 1982.

Já nos segundos alguns altos funcionários indonésios (fora de Timor-Leste e, inclusive, parlamentares, que pediram o anonimato) que «Portugal não podia regressar a Timor Leste, porque abandonou o Povo Maubere» e propunham que Timor-Leste passasse a ser «administrado pela ONU» e, ainda, adiantaram que as forças armadas deveriam ser «da escolha do Povo».

Não nos admira que os indonésios estejam continuamente batendo-se por reduzir o problema de Timor-Leste a um conflicto meramente interno da Indonésia, no qual Portugal seria simplesmente dispensado. A sugestão encobre deslavadamente a estratégia da «autonomia», como encobre ainda o propósito evidente de perpetuar a ocupação indonésia de Timor-Leste! Excluído que estaria Portugal, implicitamente reconheceria-mos a soberania indonésia, já que «a administração da ONU» (cativante mas ingénua, na justa medida em que a ONU não está capaz de suportar tais encargos!) autorizaria à Indonésia a sua permanência em Timor-Leste por tantos anos quantos fossem necessários para alterar a herança cultural e, portanto, a identidade cultural do Povo Maubere!

Perguntam-nos os mesmos indonésios (e precisamente) como se explica que a Indonésia esteja a praticar um genocídio cultural em Timor-Leste... também não nos admira que, imbuídos da idéia de que preservar os nomes portugueses às ruas de Dili ou deixar intactos os monumentos erigidos pelos portugueses, constituem já o «respeito pela identidade cultural do povo timorense», os indonésios se espantem tanto quando gritamos ao mundo que nos estão matando a própria alma! Dizem que, por um punhado de arpinas o indonésio vende a alma ao diabo! É por isso, que não compreendemos que

temos uma alma — a alma timor, a alma maubere — que não mora na rua Bispo Medeiros nem se ergue em monumentos dos... descobrimentos do século XIV... porque a nossa alma só nós, os timorenses, podemos tentar descobri-la!

Não pretendíamos dizer a esses indonésios que acolhemos o seu propósito de diálogo; são bons sinais reveladores de que existem sempre possibilidades para o diálogo, desde que todos o queiramos! Pretendíamos também abordar, a esses indonésios, o problema da participação portuguesa — «Portugal já não tem o direito de voltar a Timor-Leste, porque o abandonou» — é precisamente nisso e que reside a nossa discordância! Bem nos referimos à natureza jurídica internacional, reflectida na resolução 37/30, da Assembleia-Geral da ONU, que reconhece Portugal como a potência administrante, maiores razões temos para afirmar que, por ter sido irresponsável e por ter abandonado Timor-Leste, é que exigimos que Portugal regresse para, pela reposição da legalidade internacional, ajudar Timor-Leste a sair, verdadeiramente, do atraso a que o remeteu ao longo de 4 séculos! Mochtar muito falou do progresso destes últimos anos (progresso que ironicamente ainda não deu lugar ao restabelecimento das linhas telefónicas de Díli para o interior do território)! Mas é também precisamente pelo facto de não ter feito nada em Timor-Leste que nunca perdoaríamos Portugal, se não regressasse a cumprir com as suas responsabilidades!

Nós acolhemos todas as iniciativas de contacto para ajudar a desfazer receios e ajudar a formular ideias. O Povo Maubere, através dos seus legítimos representantes, está preparado para o diálogo, franco e sério!

As conversações que decorreram entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios da ONU, serão enormemente facilitadas se nelas forem incluídos os representantes do Povo Maubere!

Ao opinarem aqueles funcionários indonésios que as forças armadas deveriam ser «da escolha do Povo» — não estamos em desacordo! — os mesmos implicitamente advogam um referendum (que pensamos deverá ser efectuado sob mecanismos internacionais de verificação!) Bem muito bem! Se é lícito pensarem no recurso referendário para a questão de umas forças de segurança, questão meramente interna para o «território sob a administração da ONU», podíamos, à sombra do direito internacional, admitir também que é possível (e necessário) um plebiscito popular que permitirá ao Povo Maubere, expressar, sem coerção de nenhuma ordem, a sua vontade, estabelecendo-se um ponto final para o conflito.

D. Ximenes Belo é explícito na sua mensagem ao Secretário-Geral da ONU: «não se ouvir o Povo Maubere, seria a escravização mais sofisticada» e ainda acrescenta numa mensagem a D. Manuel Martins, venerando Bispo de Setúbal: «se o Povo de Timor-Leste desejar permanecer ligado a Portugal», saberá a Portugal responder por esses anseios!

Não somos nós, «os bandidos, sem convicções políticas» que o afirmamos, é o querido Bispo de Díli, D. Ximenes Belo que sabe, finalmente, retomar a defesa da causa de um Povo indefeso, interpretando fielmente o carácter desta desesperada resistência.

7. A Luta Armada

Muitos pretendem que a Luta Armada (apoiada incondicionalmente pelo Povo de Timor-Leste) é apenas um recurso à vida de uns tantos «rebeldes» sem ideais e que não se renderam até hoje por medo de morrerem de represálias do ocupante. Nada é mais falso e incongruente.

Alguns pretensos promotores da «paz» (igual à pacificação) já nos acenaram por diversas ocasiões, bandeirolas indonésias afirmando-nos o seguinte: «O actual Governo é católico e nada vos acontecerá» ou «o major tal, da Total, é católico, vai todos os dias à missa, e prometeu que ninguém vos fará mal» e, para nos sensibelizar, acrescentam que «se não aproveitarem agora, depois será tarde para as vossas vidas».

O problema é que esses falsos profetas da "paz" desconhecem que nós sabemos bem que muitos rendidos e capturados, então vivos e então sendo engordados com o «Super mi» indonésio, recebem casa, possuem carro e, nas suas não deixam mais notas de suprimo que golpes de mandioqueiras nas pequenas hortas da maioria da população esfomeada.

«Perturbadores da paz» (ou "ASK" como também nos denomina o delegado do CVI em Jakarta)... sem edicais.

Se a humanidade não tivesse como um ideal primordial (e comum!) a defesa (legítima!) do rincão que constitui a Pátria de cada Povo, não haveria Povos nem nações. Se a humanidade não tivesse, como ideal primordial (e comum!), a plena liberdade (legítima) de cada Povo usufruir da natureza como um património de cada um, não estabeleceria leis nem falaria de direitos e, muito menos, a Organização das Nações Unidas teria a menor razão de existir!

A resistência maubere é, por muitos, vista sob o significado que conferem aos números, que lhes são apresentados:

— Se são 200.000 mortos, pensam imediatamente como Adam Malik: «contudo salvámos 2/3 da população»!

— Se 30% de católicos atingiram vertiginosamente os 80%, comportam-se intimamente pelo facto de o islamismo indonésio ter contribuído para cristianizar tão depressa o gentio;

— Se são 40 batalhões indonésios, apoiados por tanques, aviões, barcos, morteiros e canhões, isso foi já há tanto tempo e o positivo, positivo, é a actual situação de «total estabelidade» que permitiram Suharto vir a Díli sem «nenhum dispositivo especial de segurança» e inaugurar um congresso de escuteiros;

— Se são dezenas de milhares de presos, desterrados, torturados, desaparecidos e massacrados, isso é pura invenção porque muitos observadores, míncios, embaixadores, parlamentares e jornalistas estiveram em Timor-Leste e não viram um único sinal dessa propaganda dos que desejam mal à Indonésia;

— Se «confirmam» que são apenas 50 os fugitivos na Ponta Leste, a Resistência armada não representa o Povo Maubere;

— e se são centenas os quilómetros de estrada alcatroada, milhares de zinco e beije, milhões as vacaturas — isto sim, são benefícios da anexação militar, é o progresso chegando a Timor-Leste; muito mais importante que alguns direitos políticos (como dizia Bill Hayden) são «os direitos económicos» (igual à usurpação do petróleo maubere por parte de Austrália e da Indonésia), são portanto, os «direitos económicos do povo timorense» que precisam de ser "salvaguardados"!

Essas pessoas devem partir por pensar que, num território tão pequeno e estreito, a guerrilha não poderia alcançar, sem santuários nem apoios exteriores, esta longevidade (16 anos de contínuo confronto armado não são poucos!), sem a conotação essencial que lhe permite a sobrevivência: a participação popular na resistência ou, noutros termos, apoio incondicional do Povo de Timor-Leste às suas Forças Armadas de Libertação! Pois a Leste Armada representa apenas a determinação e a vontade de oposição frontal que o Povo Maubere desejava continuar a oferecer ao inimigo ocupante, como aconteceu nos dois primeiros anos.

Os FALINTIL que, há catorze anos, surgiram sob os maléficos ventos d
divisionismo, adquiriram, nestes últimos onze anos, o verdadeiro papel que lhes cab
e que se inicia apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertos de qualquer dependência
política para com determinado partido. Além de manifestarmos, hoje e amanhã, a total sol
tealidade das Forças Armadas, afirmamos inclusivamente que os FALINTIL não permitirão
nem a indivíduos nem a partidos a menor tendência de os utilizar para suprimir a
oposição, em golpes de estado (que ainda são uma chaga na política dos países pobres) ne
cessariam que, em Timor-Leste, se instaurem regimes ditatoriais, sejam de direita como, p
ticularmente, da esquerda.

Os FALINTIL não fazem política, mas desde já estão empenhados a ajuda
a construir uma Nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades
de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direit
universais do Homem.

O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para
um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com o seu sang
vermelho!), Estado livre e não-alinhado que não renunciará o firme propósito de se cons
solidar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional.

8. Os sofrimentos do Povo e a Igreja de Timor-Leste

Enquanto a Comunidade internacional continuar indiferente...
o direito fica sòmente na dor dos esquecidos pela injustiça e revolvendo-se na
angústia dos pobres (que não são ricos porque além de lhes roubarem o petróleo, lhes
roubam ainda continuamente a vida)! Informações chegadas recentemente das regiões fr
teiriças referem ao massacre, no dia 10 de Agosto findo, de Alfredo de Oliveira, de 23 anos
de idade, natural de Nó-Ulu, do Suco de Sare Kraik/Sirimera, quando saía com o se
irmão mais novo para a horta. O massacre perpetrado pelo batalhão 744 teve lugar n
margem esquerda da ribeira de Belulí, entre Sare Lau e Kantudo. Depois de morto foi-
-lhe cortada a cabeça.

E a liberdade constitui apenas uma aspiração dos fracos e indefesos que,
para os poderosos, constitui crime — ainda da região fronteiriça, conhecemos, por exemplo,
o caso de Manu Key, de 56 anos (provàveis), natural de Remori, do suco de Sare Kraik/Si-
mano, que entre 16 a 22 de Outubro de 1988, foi à sua horta cavar umas mandiocas pa-
ra levar para casa. Era um período de rigorosa prevenção em todo o Concelho de Ainaro
e Same e as forças ocupacionistas, num efectivo de sete batalhões, ocupavam até as hor-
tas da população. O pelotão C 3 (companhia 3) do batalhão 125, cujo comando estava
em Maubeba, estava instalado na horta do "feliz Manu-Key"; sem atender às suplic
cas, em que pretendia explicar que já não tinha nada em sua casa para comer, os sold
dos indonésios espancaram-no brutalmente e depois amarraram-no a um tronco e co
os braços abertos, a exemplo de Cristo crucificado, durante todo o dia e toda a noite.
Só no dia seguinte, é que o «diasa» local, por ter ouvido o pobre homem a gritar toda
a noite, pediu autorização ao "Koramil" de nome Sacharto, que ordenou à população
que o fosse retirar daquele calvário!

— Ainda do mesmo sector da Fronteira, nos informaram sobre os espan-
camentos, violências e rapina que mais este episódio, entre muitos, ilustram sobre
a situação de intolerável repressão sobre o nosso Povo:

a) — no período acima citado de rigoroso controle da população, que
decorreu nos meses de Outubro a Dezembro daquele ano, um indivíduo de nome José

natural de Manleine, doméstico do "camat" Fernando, de Ainaro, ao lembrar que tinha o gado solto, pretendia, logo de manhã cedo, juntar os búfalos e mesmo lá-los. Ainda que jovem visto a fazer isso mesmo, violadas indonésios de uma outra companhia do mesmo batalhão 125, espancaram-no tão brutalmente que perdeu os sentidos; não suportando mais as dores, teve que aceitar dizer que o "camat" tinha armas escondidas em casa; imediatamente foram à casa do «camat», revistaram tudo, cavaram o chão da casa e da cozinha e além de roubar todo dinheiro e outros bens, prenderam-lhe a mulher e o filho de 14 anos. A criança foi tão selvaticamente espancada que teve que internar-se no hospital, tendo o médico recomendado para não executar trabalhos pesados e deixar de estudar por um ano.

b) — Fernanda, de 32 anos, solteira, do Suco Leolala/Soro, pela situação de aperto a que estava sujeita toda a população, viu-se obrigada à ir à horta para cavar umas mandiocas. Os assassinos ocupantes que também lá estavam estacionados, tentaram obrigá-la a satisfazer-lhes os desejos, ao que recusou terminantemente. Os criminosos soldados de ocupação violentaram selvaticamente até perder totalmente os sentidos, despiram-na por completo, e depois de todos saciados deixaram-na assim na horta. Os familiares preocupados já pela demora, comunicaram-na ao «Koramil», que os autorizou a irem procurá-la, tendo-a encontrado no mais infeliz estado.

Estes bárbaros actos são do conhecimento geral da população de Ainaro!

A não ser uma minoria, regada de privilégios, para os restantes, o maior privilégio é morrer pela Pátria! Privilégios ... que, tantas vezes, tiveram um preço caro: a própria vida! O caso de João Martins, membro do presidium do 1º Congresso, privilegiado com cargos, cargos, honorários, honrarias, tendo sido até chefe dos Serviços de Educação, e de mais benefícios desde a primeira hora, quando lhe chegou o momento de reconsiderar sobre a verdade da situação, foi puro e simplesmente desprezado de todos aqueles privilégios e, depois, louco se o desprezo não bastasse já para o punir do crime de ter acordado da ilusão da «integração na grande república indonésia» foi assassinado por envenenamento... para evitar denúncias de violação dos Direitos Humanos! Comprou com a vida, pelo menos, a sua própria liberdade! É este o privilégio que todos os filhos de Timor-Leste aspiram, em muito voo, na defesa dos seus anseios de independência, porque neste último reduto, a vida para todos os patriotas, é apenas a grande esperança de lutar pela Pátria Maubere!

Mas, felizmente, (para a Pátria Maubere e desafortunadamente para todos quantos pretendem negar o direito do Povo de Timor-Leste, apesar de Jakarta de uma ou de outra forma), o Povo de Timor-Leste não luta sòzinho, não está só, pois tem a sua Igreja a seu lado.

De todos os fenómenos que envolvem participação social, por mais sacrifícios que sejam, registam irremediàvelmente altos e baixos como produto da insuficiência humana, este difícil processo maubere não fugiria evidentemente da regra. Enquanto seus poucos sacerdotes — que se contam com os dedos de uma só mão — viam ou ainda vêem no acto da invasão um acto de caridade islâmica que veio acelerar o incremento da cristandade em Timor-Leste — o sacrificado clero de Timor-Leste compartilhava a dor do Povo Maubere e entendia o supremo significado dos sacrifícios que este martirizado Povo estava a aceitar e entendia sobretudo o alcance dos seus sofrimentos: se não luta, morre e é preferível morrer lutando, em defesa da vida!

Muito se insiste em que apenas cabe à Igreja denunciar a violação dos Direitos Humanos, porque a Igreja não faz política!

O problema é que a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste não se apresenta em torturas físicas ou pregnação a um ladrão que tivesse assaltado o quarto de um «Koramil» indonésio ou se ceija a prisões arbitrárias e fuzilamentos sumários de civis

a uma perseguição policial a uns traficantes de drogas! A violação dos direitos humanos em Timor-Leste, tem uma base que imprescindível se torna referi-la; não se permitir pôr definir a base desta abusiva e repelente violação aos Direitos Humanos em Timor-Leste, é taxativamente permitir-se que se continuem estas barbaridades ... para permitir também que entidades e organizações prestem ao Povo Maubere o favor moral de denunciar»

O ponto nodal da questão é que as práticas arbitrárias e assassinas, ocupante, respondem apenas à oposição que o Povo Maubere continua dando à sua ocupação militar. O Povo Maubere rejeita a integração e despreza a presença indonésia e, por esse facto, há-de continuar a manifestar, sob qualquer formas, o seu repúdio à presença militar indonésia. Muito se falou das vagas de massacres de 1979/80 e 1983/84 ... a repressão nunca pôs fim ao estado de alma do Povo Maubere e a violação dos Direitos Humanos não cessará, enquanto em Timor-Leste permanecerem as tropas ocupacionistas indonésias!

A violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste está na razão directa da consciência patriótica do Povo Maubere e a consciência patriótica do nosso Povo fortalece-se também na razão directa destas violações!

Não existem outras alternativas, já que o Povo Maubere sente que a sua luta só merece a indiferença da comunidade internacional e o próprio Vaticano não faz política.

Sabemos bem que a Igreja de Timor-Leste acompanha mais de perto do que ninguém a luta e as aspirações do nosso Povo. E este acto não é de uma generosidade cristã, porque reparemos que xenofobizar-se pela violação dos Direitos Humanos, pode tornar-se em atitudes de mera compaixão, ditada pelo humanismo ambíguo e esporádico de governos ou mesmo entidades; por parte do clero de Timor-Leste, que também recebe ofensas e ameaças das forças ocupacionistas indonésias, a sua postura, isso sim, porque resultante de uma interpretação independente e idónea, portanto, objectiva e realista, é uma postura responsável, porque sobretudo cristã, da realidade de Timor-Leste e uma assunção corrente de uma responsabilidade, compatível — segundo cremos — com os princípios cristãos para com o Povo Maubere, a quem os seus membros devotaram a vida.

Se, pelo mundo fora, muitos puseram em dúvida as palavras do muito querido monsenhor Martinho da Costa Lopes quando afirmava que «era um dever da Igreja de Timor-Leste falar, porque, em Timor-Leste, a não ser a Igreja, ninguém pode falar» ... sem que se aponha às brutalidades do invasor, hoje cremos que é chegada a hora de dar validade àquela afirmação!

D. Ximenes Belo, Bispo de Dili retomou as mesmas palavras para definir que, 6 anos depois, a situação permanecia exactamente igual! Todos conhecem a controvérsia que girava em torno das actuações de D. Ximenes Belo — a actual posição tomada pelo Chefe da Igreja de Timor-Leste é reveladora de grande pressão política e psicológica de que foi objecto por parte das autoridades de Jakarta e de outras.

Cremos, até por isso mesmo, que a liberdade não é apenas um pensamento técnico para praxeologia inútil — cremos, agora ainda mais, que é na verdade, um bem do Homem, um privilégio do indivíduo. Se o Povo analfabeto de Timor-Leste pode saber sentir que lhe está sendo usurpado um direito, e, por isso, se expõe à luta e às suas consequências para o readquirir, o Bispo de Dili nunca estaria satisfeito nem com doação de catedrais nem com estatísticas de aumento de cristandade em Timor Leste! porque perderia a sua própria liberdade e, denunciando a violação dos Direitos Humanos, exercida sobre o Povo de Timor-Leste, sentia que lhe faltava o direito de se expressar livremente. O Bispo de Timor, D. Ximenes Belo, estava ameaçado pelas pressões de Jakarta e dentro dele, e era praticamente obrigado a de-

clarar o que os seus olhos negam, a afirmar o que os seus sentimentos rejeitam.

A expressão que D. Ximenes Belo nos confidenciou, em 25 de Abril de 1986, em Fátima foi: «Nós lá dentro estamos absorvidos» traduz bem o estado de espírito do nosso reverendo Bispo! Hoje, D. Ximenes Belo readquiriu a sua própria liberdade e usufrui de um bem que é um direito universal do Homem — a liberdade de opinião e de expressão!

Religo embora na matéria de fazer ou não fazer política, não admitimos que ao nosso Bispo os governantes indonésios continuem a impôr o que deveria e não deveria falar.

Tanto D. Ximenes Belo como o Núncio em Jakarta já nos afirmaram que a Igreja busca a paz para Timor-Leste! PAZ — é o maior anelo do Povo Maubere, é o objectivo também que buscamos na própria continuidade da Luta Armada! Contem, D. Ximenes Belo apontava uma «autonomia especial em que pudéssemos falar livremente o português» como o benefício da paz. Que tenhamos ouvido, não houve advertência por a «Igreja de Timor-Leste estar a fazer política». Ainda nos lembramos bem do padre polaco que, ao defender o sindicato Solidariedade, foi brutalmente assassinado pela polícia do regime de Varsóvia e cobardemente atirado ao rio. Hoje, em momentos de radical reforma na Polónia (até com a extinção dessa polícia política), todos se esquecem daquele indivíduo, daquele padre que foi um mártir da liberdade polaca.

Mas há sempre para gente, quando os acontecimentos se situam em Timor-Leste, de repetir-nos e ao mundo, para salvaguardar as relações com Jakarta, de que a Igreja não faz política e, segundo depreendemos, o querido Bispo de Díli estaria em vias de fazer declarações contra a situação de ocupação militar de Timor-Leste. Não nos vem à memória que alguém tenha dito que o pobre padre polaco (se era anglicano, não sabemos) morreu por culpa própria por se imiscuir na política! Quando D. Ximenes Belo actuava em favor da integração, também não nos recordamos que alguém tivesse sugerido que era incompatível com a missão profética da Igreja! O próprio Monsenhor Canalini, reflectindo a opinião da Santa Sé — como apontou — procurou convencer-nos a aceitar a integração... através da rendição

É de grande significado o facto de 6 anos depois, o Clero da Igreja de Timor-Leste tornar a declarar ao mundo que «a Igreja tem que falar, porque em Timor-Leste a não ser a Igreja, ninguém pode fazê-lo»... sem se expôr evidentemente às violações de toda a ordem!

D. Ximenes Belo libertou-se, enfim, da escravização indonésia e readquiriu a sua própria liberdade e, pensamos, nenhum invólucro idóneo pode tolerar a sua liberdade pelos benefícios da escravidão!

Para a nossa pobre compreensão, nem D. Ximenes Belo nem a Igreja de Timor-Leste estão a fazer política, porque se Sua Santidade ao visitar a Indonésia e, inclusivé, Timor-Leste, permite que Jakarta se aproveite desta visita de carácter meramente católico, para agitar com reflexos políticos a opinião pública internacional de que mudou a Santa Sé estaria a reconhecer a integração, desmentindo-se também que tenha havido e que haja violação de Direitos Humanos em Timor Leste, uma interpretação da verdadeira situação em Timor-Leste, por parte do Clero de Timor Leste e do seu Bispo, a defesa de um Povo indefeso não constituirá uma incompatibilidade com a própria missão da Igreja! O clero de Timor-Leste e o seu Bispo sabem bem que a PAZ em Timor-Leste só pode ser encontrada, na base do respeito pelos interesses do Povo Maubere e que, enquanto os seus anseios não forem ouvidos, é utópico pensar-se que, em Timor-Leste, deixe de haver mais violações dos Direitos Humanos!

9. Solução — diálogo para a paz

Uma solução para o problema de Timor Leste, deve identificar-se com a Paz! Deve haver muitas definições da paz, porque o termo tem conotações diversas, em diversas ocasiões:

Paz, para o afastado general Yusuf, deveria ser uma situação produzida do diálogo com a guerrilha!

Paz, para o católico Beni Murtani, significa a extermination dos guerrilheiros.

Paz, para Mochtar, seria Portugal alterar a sua Constituição!

Paz, para o Mons. Pablo Puente, seria a repatriação dos guerrilheiros (o mesmo. Puente deve ser um "expert" do Médio Oriente e atento observador do caso de Olp)!

Paz, para Mons. Canalini, é resignarmos à rendição, porque nos poupam a vida!

Paz, para Australia, é o acordo com Jakarta para a exploração conjunta do petróleo na plataforma marítima de Timor-Leste!

Paz, para o ilustre governador, Mário Carrascalão, será a prenda do Natal de 1988, que o «menteri dalam negeri» prometeu oferecer no ano passado ao «povo timorense» mas que até agora, ainda não teve oportunidade de trazer a Dili, talvez porque esteja angariando mais apoios políticos e diplomáticos!

Paz, para Ali Alatas, é o Vaticano estar a reconhecer implicitamente a integração, dementindo com a visita papal a islamização de curto, assim como a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste!

Paz, para Timor Leste! O nosso Povo orou pela Paz à Senhora Peregrina! O nosso Povo crê na Paz, deseja a Paz e está empenhado a alcançar a Paz! O nosso Povo tem fé de que em Timor Leste pode haver a verdadeira e uma duradoura Paz!

O mundo deve regozijar-se pelo consenso que está a ter sobre soluções pacíficas, soluções políticas! Irão e Iraque, Namíbia e Nicarágua (com a participação do arcebispo de Manágua, D. Orlando o Bravo), os processos que estão a ter lugar em Angola e Moçambique (aqui também com a mediação de representantes da Igreja — e suponho que com a participação de bispos católicos!), da Etiópia, Sudão, Cambodja, Afeganistão, El Salvador (também com a mediação da Igreja), os esforços quanto ao caso platinense, a proposta de referendum para o Sahara Ocidental, a disposição de Pretória para aceitar reformas (até membros de uma organização «africander», em que está incluído o próprio irmão do Presidente Frederic De Klerc, organização que é o esteio da política do governo do «apartheid», teve já encontros com dirigentes da ANC), a actual disposição dos deputados, cristãos e muçulmanos, do parlamento libanês, que estão reunidos na Arábia Saudita para buscar uma plataforma política a fim de pôr termo à destruição do devastado Líbano, são reveladores de que o mundo, os governantes e os políticos estão a compreender que o diálogo é a via mais justa para solucionar diferendos e conflitos e que a paz pode ou deve emergir do diálogo!

O conflito em Timor-Leste não é um problema interno da Indonésia. A invasão indonésia foi um acto de agressão armada que contraria o princípio da inviolabilidade das fronteiras! A ocupação militar de Timor-Leste entra em contradição com as normas que prevenem contra o uso da força para a solução dos diferendos! A anexação de Timor-Leste, pela via da força, é contrária ao princípio universal da autodeterminação dos povos! A força da integração, em Julho de 1976, não obedeceu aos

... estabelecidos para a descolonização dos territórios não-autónomos (e até já foi claramente demarcada na sub-Comissão respectiva da ONU, por um dirigente da UDT, João Viegas Carrascalão, que fora testemunha ocular de todos aqueles arranjos indonésios).

As prisões arbitrárias, perseguições e massacres indiscriminados são actos contrários à Convenção de Genebra sobre territórios sob ocupação militar e constituí um abusivo, intolerável e total desrespeito pelos Direitos fundamentais do Homem!

As resoluções da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança da ONU não reconhecem a integração e condenam o vergonhoso e cobarde acto de invasão e ocupação de Timor-Leste!

Consequentemente, a ocupação militar indonésia de Timor-Leste, é um acto ilegal, imoral e politicamente inaceitável» (como realçou com veemência na actual sessão da Assembleia-Geral da ONU, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, João de Deus Pinheiro).

A Indonésia recebeu apoios de toda a ordem para massacrar o Povo Maubere e anexar Timor-Leste! Os grandes interesses económicos e geo-estratégicos permitiram à Indonésia ganhar apoios diplomáticos, ajudada como estava também pelos países muçulmanos (que, infelizmente para o Povo Católico de Timor-Leste, são em maior número que os países católicos da Europa!) Jakarta conseguiu, através da sua grande capacidade de meios, pressionar até países tradicionalmente defensores do auto-determinação e independência dos Povos. Jakarta soube, com astúcia e perseverança, convencer Vaticano a relegar o problema da violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste e visitar Indonésia — e Timor Leste — como uma atitude de implícito reconhecimento à anexação criminosa do território. A Li Alatas imediatamente se aproveitou da disposição da Santa Sé para agitar a opinião pública internacional neste sentido... enquanto as esperanças que o Povo Maubere depositara em Sua Santidade expumavam-se, mas ele continua a acreditar em Cristo Redentor e tem fé que encontrará a paz que almeja, a duradoura paz que ele pretende edificar em Timor-Leste, contribuindo desse modo para a Paz na Ásia!

A verdadeira Paz e uma duradoura Paz só será possível se se ouvir o desejo do Povo Maubere!

D. Ximenes Belo, como chefe da Igreja de Timor-Leste, já se pronunciou sobre um referendum em que se ausculte a vontade do Povo Maubere!

A realização de um referendum pressupõe:

a — antes de tudo, uma cessação das hostilidades.

b — a adopção de mecanismos jurídicos internacionais para verificar, controlar e viabilizar o processo;

c — O respeito pelos supremos anseios do Povo de Timor-Leste, expressos em condições livres e democráticas.

Nós apoiamos totalmente a proposta do novo Bispo, o Bispo de Dili, D. Ximenes Belo! E acrescentamos, para pôr ponto final a quaisquer dúvidas que ainda persistam, que a dar-se o caso de o Povo Maubere, sob a supervisão da Comunidade Internacional, «reafirmar» o seu desejo de integração na Indonésia, nós os guerrilheiros das FALINTIL, depomos as armas sem hesitação nem demoras! E nós próprios, como Responsável da Resistência, estaremos prontos para sermos encarcerados na prisão de Cipinang, pelo resto da vida, e

aceitaremos receber diariamente todas as torturas de que foram sujeitos milhares de timorenses, que tiveram a infelicidade de acreditar ... nuns bandidos, perturbadores da paz indonésia!

Assim como o Secretário-Geral da ONU, propôs ao Marrocos e ao Polisário um referendum para o Sahará Ocidental, cremos que uma mesma fórmula não pode ser considerada como inédita nem impossível para Timor-Leste!

O Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, rebateu apressadamente a proposta de D. Ximenes Belo, afirmando que esse acto já teve lugar em 1976 — quando 90% da população timorense estavam nas montanhas a resistir. Mas Ali Alatas, no seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, que está decorrendo, absteve-se de responder aos argumentos portugueses, defendendo o direito do Povo Maubere à auto-determinação e independência nacional! Pode-se dizer que Ali Alatas não deu importância ao caso (considerado «interno» para a Indonésia) — e demasiado simplista uma conclusão assim! Yakarta sabe bem que o problema de Timor-Leste continua sendo uma mancha para a imagem da Indonésia no exterior e sobretudo, um espinho nas suas ambições de projecção extra-regional. O Presidente Suharto depois da recente Cimeira de Belgrado, lamenta-se que é por causa do problema do consenso é que o Movimento-Não-Alinhado não aprovou (pela 3ª vez), a sua candidatura à presidência! Este problema entre agora num círculo vicioso como acontece com a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste — a causa não é a necessidade de um consenso mas a falta de um consenso é que tem uma causa! O Presidente indonésio e o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros devem estar a reconhecer que o espinho maubere não é realmente tão «interno» nem insignificante. Porém, se até o próprio Vaticano cede para facilitar uma retomada de fôlego à diplomacia de Yakarta, difícil se torna vislumbrar-se uma nesga de esperança para a DAZ em Timor-Leste!

Sendo ela mesma legítima, não só por se situar no contexto de auto-defesa e resposta a um acto de invasão armada e ocupação militar, como ainda assumir um carácter jurídico, concedido pelo direito e normas internacionais, a superior necessidade de oposição armada (que vimos sustentando há 14 anos!) sobre apenas a inexistência de outra alternativa de Luta! Reconhecemos que, em 1977, a anterior Direcção se opôs intransigentemente a quaisquer tipos de diálogo — era produto do radicalismo insensato!

A aprender desses erros tremendos, a nova Direcção propugnou, dentro do espírito da reconciliação nacional, o diálogo como um princípio a adoptar na defesa dos superiores interesses do Povo de Timor-Leste! E provámos já, em 1983, de que somos partidários do diálogo, desde que as duas partes beligerantes, essencialmente, e outras interessadas no conflito se disponham resolutamente, a encontrar uma solução justa, duradoura e aceite pela Comunidade Internacional.

Foi sempre a Indonésia que se negou ao diálogo e o «diálogo» para os assassinos ocupantes só tem este significado: apresentarmo-lhe o que desejamos quando nos fôssemos render! É o que constantemente se faz e, para o cúmulo da desfaçatez, aos quadros militares da resistência, eram apresentadas, perguntas como: «O que deseja ser? Comandante de batalhão? Ou quer ser funcionário? Não gostaria de ser «Bupati», «DPR»? Onde gostaria de ser colocado? Quanto queria ganhar?» etc. etc.!

O próprio Mons. Canalini queria convencer-nos a esse tipo de «diálogo». Nós advogamos o diálogo, mas um diálogo sério, pois o problema de Timor-Leste é um problema sério, quanto mais não seja pelo facto de terem morrido na oposição à ocupação militar da sua Pátria, mais de 200 000 timorenses! Muito se falou da

grandes vagas de chacina em 1979/80 e dos horrendos massacres de 1983/84; hoje, poucos se convencem ou se comovem com o desaparecimento de mais um, de mais dois e exclamam que "houve já consideráveis melhorias no campo dos Direitos Humanos", esquecendo-se pura e simplesmente de que o milhar não antecede as centenas, sem estas as dezenas e, a somar um mais um, é que se chega na verdade, à exterminar um Povo! Há índios na Norte-América, que estão em vias, pode-se dizer, de extinção, quando à chegada dos colonos europeus, eram senão milhões, centenas de milhar! A brutal e criminosa anexação de Timor-Leste, o controle de natalidade imposto a um Povo massacrado e a "transmigrasia" são as armas da política genocida de Jakarta, que conduzirá inevitavelmente o Povo Maubere a uma extinção!

É um problema sério, mais sério que o problema da extinção dos elefantes na África! — sério também porque a actual situação em Timor-Leste está ao arrepio do direito internacional e dos princípios universais!

Propomos o diálogo... para encontrar a solução mais justa... para que a humanidade não se envergonhe de ter consentido uma guerra de exterminação às populações indefesas, em tempo de guerra das galáxias. Muitos guerrilheiros foram-se rendendo, por diversas razões que se prendem a 14 anos de uma difícil resistência, e não foi necessária nenhuma mesa redonda!

Quando se fala de perspectivas para se encontrar um caminho para a Paz em Timor-Leste, alguns defensores da política genocida de Jakarta, manifestam-se "preocupados" procurando insinuar que a actual situação é preferível a qualquer outra, mesmo que venha a ser em consonância com o direito internacional, e apressam-se a vaticinar possíveis retornos à guerra civil de 1975. Estes invólucros não consideram nada, nem têm em conta o menor aspecto positivo que se relacione ao processo político timorense. Na sua retórica estes moralistas fazem recurso de episódios eventuais e passados, enquanto se prestam, aos olhos do mundo, a fechar os seus olhos perante a monstruosidade que permitiu a actual situação de "controle de Timor-Leste"! Para eles, nem o Povo de Timor-Leste, nem os seus dirigentes são capazes de pensar... mas a verdade é que o que eles temem é que o Povo Maubere fale! A Indonésia também teme o diálogo e, sobretudo, teme o referendum! Os governantes indonésios sabem bem que a população timorense rejeita com toda a sua alma maubere a presença indonésia em Timor-Leste! Se Ali Alatas está assim tão seguro de que a população tem, em 1976, envolvido a integração, de livre vontade, nunca se oporia a que, sob a supervisão da ONU, se consulte, legal, livre e democraticamente, a população integrada de Timor-Leste! Pois, D. Ximenes Belo, foi explícito: ouvir o Povo Maubere para se saber, evidentemente à luz da legalidade, o que realmente aspira: permanecer com Portugal, a independência ou a integração na Indonésia... porque, até agora "são outros que falam por ele"!!! D. Ximenes Belo não propôs taxativamente à independência, a sua manutenção com Portugal nem D. Ximenes Belo afirma categoricamente que o Povo de Timor-Leste não deseja a integração. Assim a resposta de Ali Alatas só demonstra quão frágeis são as teses indonésias e quão falsas e ocas as suas afirmações.

É Jakarta que se opõe ao diálogo, porque teme o diálogo! Ali Alatas, em 89 do mês findo, teceu os seus pontos de vista sobre o conflito do Kamboja, nas Nações Unidas, e defendeu a via pacífica para a solução, descartando toda a hipótese de a solução vir a ser encontrada "manu militari" — uma vez mais, quando com relação a Timor-Leste, Jakarta recusa um diálogo trans-

e sério com os representantes do Povo Maubere defendendo, por isso mesmo, a solução militar pela exterminação dos guerrilheiros! Porém, vendo bem as coisas, não é nenhum paradoxo, porque a atitude inflexível de Jakarta tem a sua base no apoio que muitos governos lhe concedem... e, com a visita de Sua Santidade, pode-se pensar que o próprio Vaticano reforça a posição indonésia (visita que exigiu ao bárbaro ocupante dilatar uma vigorosa provenção às populações de todo o território para o dia 10 até 13: a) a partir do dia 10, não haverá mais permissão para deslocações a Dili nem viaturas circularão; b) a partir do dia 10, é proibida a circulação para as hortas e, pior ainda, de um campo de concentração para outro; c) as forças de segurança dos campos e vilas estarão em estado de alerta; d) todo e qualquer movimento suspeito de e para dentro dos campos de concentração, deverá ser sòcramente reprimido!)

A resistência armada não se assusta com os paradoxos que permitiram, por exemplo, à Austrália e ASEAN patrocinar a re-inclusão da Nova Caledónia na lista dos territórios a serem descolonizados (após quase quatro décadas de ter sido riscada desse mesma lista), enquanto que a Timor-Leste negam esse direito! Ilhéus como Maldivas, Maurícias e outros minúsculos estados foram bafejados pela sorte... talvez de não possuirem petróleo nos seus mares para alimentar as cobiças australianas, indonésias e mais-los interesses das grandes companhias de exploração!

Mas nós sabemos que, para cima disto, como pano de fundo estão as considerações geo-estratégicas mas, quanto a isso, já afirmámos em diversas ocasiões o nosso propósito de contribuir para a estabilidade e paz regionais!

Hoje, a Resistência do Povo Maubere possui uma Direcção unida e sólida, porque engloba as diversas forças sociais e políticas que representam verdadeiramente as supremas aspirações do Povo de Timor-Leste!

A Direcção do Povo Maubere forjou-se dos erros do passado e está assente em princípios de uma Convergência Nacionalista, reforçada com o apoio da Igreja de Timor-Leste e consolidada com o total apartidarismo das FALINTIL!

Sob os auspícios do Sec. Geral da ONU decorrem em Nova Iorque as conversações entre Portugal e a Indonésia. O Povo de Timor-Leste, a parte mais interessada no problema, a parte ùnicamente afectada da guerra que lhe impôs a Indonésia, não é chamado para debater sobre o seu destino — e isto sucede apenas pela intolerância dos governantes de Jakarta.

Os representantes do Povo Maubere estão preparados para o diálogo. A Igreja de Timor-Leste já demonstrou que está em condições de contribuir para o diálogo!

De uma solução justa deve identificar-se com a PAZ, uma verdadeira e duradoura PAZ deve ser o corolário de um diálogo franco e sério!

Nós não estamos a exigir ao mundo soluções absurdas, nem estamos a pedir solução alguma que venha a comprometer a Carta das Nações Unidas — apenas estamos a reivindicar o cumprimento das normas que a Comunidade das Nações estabeleceu e o respeito pelos princípios universais que deram corpo à Organização das Nações Unidas!

Alguns indivíduos e governos gostam de fundamentar as suas teses na «realidade da situação» e buscam desvirtuar o carácter ilegal e imoral da invasão e ocupação militar indonésia! Procuram convencer-nos para «sermos realistas» e, para isso, tentam-nos convencer-nos a nós próprios dos benefícios que vieram a salvar o martírio de 300 000 timorenses!

Quanto a nós, uma política realista deve basear-se nos fundamentos desa mesma realidade — alguns países do Leste, 40 anos depois, reconhecem o irrealismo do regime! A Austrália, por exemplo, que tanto fez alarde da sua «política realista», porque não aceita a situação na China pós-«primavera de Pequim» e porque boicota a celebração do 60º aniversário da revolução maoista, ainda em 1 do corrente?

Toda a atitude que não se modere pelos fundamentos de uma realidade, é parcial, é interesseira, cínica e imoral. Mas sempre que os fundamentos de uma situação são, com imparcialidade, analizados, toda a tomada de posição tende a manifestar-se como consequência de uma apreciação realista do problema! A Igreja de Timor-Leste fê-lo e o abnegado clero de Timor-Leste vive com o Povo Maubere e não são os «observadores, parlamentares e jornalistas» que vêm a Díli, por umas horas, e caem de Timor-Leste «conhecedores profundos» da situação!

Não pode ser, por isso, que se queira retirar o carácter ilegal e imoral da situação de ocupação militar indonésia e encaminhar o problema de Timor-Leste para outros contornos, que não foram considerados, por exemplo, para a Namíbia ou África do Sul, ou para a Nova Caledónia ou ainda para Brunei.

De acordo com o espírito e a letra da resolução 37/30, da Assembleia-Geral da ONU, de 1982, o Povo de Timor Leste é a parte mais interessada na solução do conflito, pois é a parte única e directamente afectada pelas atrocidades que foram cometidas sobre ele em todos estes catorze anos de guerra!

Já formulámos um plano de paz que não só está de acordo com as várias Resoluções pertinentes e com a Resolução 37/30 da Assembleia-Geral da ONU, como interpreta o actual estádio de desenvolvimento do processo político timorense.

II PLANO de PAZ

I- A- Com a premissa de as conversações, conduzidas pelo Secretário-Geral da ONU, se efectuarem na base de:

— ilegalidade da ocupação indonésia
— direito inalienável do Povo Maubere a um verdadeiro acto de auto-determinação
— e necessidade e urgência de reposição da legalidade internacional, através da presença de Portugal

B- Com a participação dos representantes do Povo Maubere deve ser discutidas as seguintes cláusulas:

1 — as garantias assumidas por Portugal com vista a assegurar a estabilidade regional;
— os compromissos por parte de Timor-Leste no respeito pelos interesses dos países vizinhos e sua colaboração para a manutenção da paz e estabilidade da área;
— um acordo básico de princípios para a repartição de riquezas da plataforma marítima de Timor;

2 — A constituição de uma força de paz ou de uma força não-nacional ou ainda (caso isso for muito dispendioso para as Nações Unidas) de uma [illegible]

rificar e viabilizar:

a) Numa primeira fase:

— a retirada das Forças Armadas indonésias num período de 3 a 6 meses, e o retorno dos civis indonésios num período a ser estabelecido;

Numa segunda fase:

— o desarmamento simultâneo dos naturais, armados pelo ocupante, e dos guerrilheiros da FALINTIL; estes continuariam a permanecer nas montanhas até esse acto;

Numa terceira fase:

— a reorganização do Exército, sob a responsabilidade de Portugal, como potência descolonizadora;

b - A formação de uma administração transitória, presidida por um Alto Comissário, representante de Portugal para um período não superior a 5 anos.

Será nesse período que Portugal e Timor-Leste apresentarão uma data para eleições gerais e para a entrega de soberania aos representantes do Povo Maubere.

C - Durante o período de transição e sob a responsabilidade de Portugal, serão estabelecidos acordos de cooperação com a Indonésia, Austrália, a CEE e outros países, com vista a assegurar um rápido e harmonioso desenvolvimento das potencialidades de Timor-Leste.

D — Formação de um governo de Unidade Nacional, por um período entre 5 a 15 anos a ser acordado entre Portugal e os representantes de Timor-Leste.

Do diálogo, franco e sério, é que se podem obter os compromissos necessários que salvaguardem os interesses de cada um e de todos em geral, porque o Povo de Timor-Leste sabe que não está isento de obrigações para com a área em que se insere, e não abdicará do contributo que deve prestar para a harmonia, cooperação e entendimento com todos os seus vizinhos.

Como membro do Conselho Nacional da Resistência Maubere — a Direcção do Povo Maubere — e como Comandante das FALINTIL, reafirmamos a nossa disposição de contribuir para um processo de transição legal e pacífica em Timor-Leste e declaramos:

a - que propugnamos uma amnistia geral a todos os filhos colaboracionistas do ocupante, que tenham contribuído directa ou indirectamente na constante violação aos Direitos Humanos;

b - que a todos os servidores da ocupação indonésia se oferecerão oportunidades iguais e iguais direitos como a qualquer cidadão de Timor-Leste;

c - que ninguém será despojado dos bens que tiver conseguido obter, durante os anos de ocupação indonésia (salvo as expropriações feitas aos seus legítimos donos!).

d - que serão re-integrados nas Forças Armadas de Timor-Leste, os naturais armados pelo ocupante;

e - que o efectivo humano e material do Exército a ser formado sob a responsabilidade de Portugal, será ditado pelas exigências de estabilidade regional (não descartamos a ideia de, no futuro, extinguirem-se as Forças Armadas, para permitir a Timor-Leste assumir o estatuto de um país pacífico e neutral como contributo para a paz mundial);

f - que o Povo Maubere não permitirá que se utilize o território de Timor-Leste para actos que ameacem a paz e a estabilidade dos países vizinhos e, particularmente, da Indonésia e participará no pronto desmantelamento de qualquer tentativa do género;

g - que tudo faremos para que o estabelecimento de relações de qualquer ordem, com outros países não prejudique a estabilidade da área.

h - que pugnaremos no sentido de a FRETILIN, partido do qual já não fazemos parte, modificar os seus objectivos políticos, tornando-a mais consequente com as verdadeiras necessidades e os reais interesses de Timor-Leste!

i - que nunca abdicaremos do diálogo para a solução dos diferendos com quaisquer países do mundo e, particularmente, com os países vizinhos!

Sempre viemos demonstrando uma total disposição ao diálogo, fazendo até antecipadamente as concessões que achamos pertencer-nos como parte das obrigações que a região exige. Cabe agora à Indonésia reconhecer que a inflexibilidade não é a postura mais correcta, para quem pretende assumir um papel de pacificador do conflito cambodjano.

A PAZ para Timor-Leste só pode ter como antecedente a mudança, responsável e realista, da actual postura do governo de Jakarta! E para que isso aconteça, a Europa Ocidental pode desempenhar um papel influente e positivo!

O Povo Maubere continua confiante na sua vitória! O Povo Maubere nunca se cansará de resistir e, enquanto tiver vida para continuar a resistir, terá sempre esperança de um dia, alcançar a PAZ...

que corresponda aos seus legítimos anseios!

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE!
O DIÁLOGO É A VIA PARA A PAZ!
SÓ O REFERENDUM ABRIRÁ PERSPECTIVAS PARA UMA JUSTA SOLUÇÃO!

A CHEFIA DA RESISTÊNCIA,

Kay Rala Xanana Gusmão
Comandante das FALINTIL

Quartel-General do CNRM, em Timor-Leste, aos 5 de Outubro de 1989

São estas as correcções a fazer:

1- Na pág 3 — no final da 10ª linha, retirar o «-se» da palavra «desembocam-se»;

2. Na pag 4 — no fim da 17ª linha, tirar o «o» à palavra «a-o»;

3 Na pág 5 — na parte final da 6ª linha, retirar o «-se» à palavra «insere-se»;

— na 23ª linha, retirar o «o» à palavra «negará-o»;

4. Na pag 6 — na parte final da 21ª linha, a contar do fundo, retirar o «re» na «pode-re regressar»;

5. Na pag 7 — na 22ª linha, retirar a parte final da palavra «decorreram», porque correcto seria «decorrem»

6. Na pág 8 — na 27ª linha, fazer o mesmo à palavra «permitiram», pois correcto é «permitiu»;

7. Na pág 10 — na 16ª linha, tirar o «na» à palavra «Comunicaram-na»;

8. Na pág 11 — na 17ª linha, a contar do fundo, tirar a última palavra «a»;

9. Na pág 15 — na 8ª linha do fundo retirar o «se» no «constitui-se»

10 Na pág. 17 — Retirar o «a» que inicia a última linha

11- Na pág. 18 — Na 16ª linha, a contar do fundo, retirar o «a» à palavra «um-a verdadeiro acto»

Pelas correcções que nos assistem, perdeu-se tanto trabalho!

Lamolê